

**PANORAMA DA COVID-19 NO BRASIL: INCIDÊNCIA, RESPOSTA DO SUS E
DESAFIOS NA ATENÇÃO À SAÚDE
OVERVIEW OF COVID-19 IN BRAZIL: INCIDENCE, SUS RESPONSE AND
CHALLENGES IN HEALTH CARE**

SCHENCKEL, Júlia¹

SCHNEIDER, Taiane²

MÜHL, Fabiana Raquel²

¹. Discente do curso de Biomedicina do Centro Universitário FAI, UCEFF Itapiranga.

². Docente do curso de Biomedicina do Centro Universitário FAI, UCEFF/Itapiranga.

E-mail para correspondência: juliaschenckel@gmail.com

Grande área do conhecimento: Ciências da Saúde.

Introdução: A pandemia de COVID-19 revelou desafios significativos para o sistema de saúde brasileiro. Com apenas 3% da população mundial, o Brasil registrou cerca de 10% das mortes globais por COVID-19 até maio de 2023, evidenciando a gravidade da situação no país.^{1,3} **Objetivo:** Avaliar a evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil, destacando a incidência e mortalidade, a atuação do Sistema único de Saúde (SUS) na atenção terciária e primária, e os desafios enfrentados na oferta de serviços de saúde durante o período crítico da pandemia. **Método:** Foram analisados cinco estudos: Um estudo publicado na Revista Panamericana de Salud Pública que examinou a incidência e mortalidade da COVID-19 no Brasil entre fevereiro de 2020 e julho de 2021, utilizando dados do Ministério da Saúde para identificar padrões regionais e temporais. Uma análise no Journal of Management & Primary Health Care que discutiu o impacto das ações do SUS na atenção terciária, considerando dados de mortalidade e a resposta institucional à pandemia. Uma pesquisa publicada nos Cadernos de Saúde Pública que avaliou a pressão sobre o sistema de saúde brasileiro, estimando a demanda

adicional por leitos hospitalares e de UTI em diferentes regiões do país. Um estudo também que analisou as trajetórias assistenciais de usuários diagnosticados, hospitalizados e em reabilitação pela COVID-19, destacando o uso e acesso às redes de atenção à saúde. Por fim, uma pesquisa que avaliou as repercussões da pandemia no cotidiano de trabalho da equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) em diversos municípios do Nordeste brasileiro, na perspectiva dos agentes comunitários de saúde. **Resultados e Discussão:** O primeiro estudo identificou duas ondas distintas de casos e óbitos por COVID-19 no Brasil, com variações significativas entre os estados. Estados como Amapá, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima apresentaram as maiores taxas de incidência, enquanto Amazonas e Rondônia tiveram as maiores taxas de mortalidade.¹ Fatores políticos, geográficos, culturais, sociais e econômicos influenciaram a heterogeneidade regional da pandemia. O segundo estudo destacou que, apesar dos esforços do SUS, o Brasil enfrentou desafios significativos na atenção terciária. A sobrecarga do sistema, a escassez de recursos e a falta de coordenação eficaz contribuíram para a elevada mortalidade. O estudo também ressaltou a importância de fortalecer o SUS e aprimorar o planejamento em saúde para enfrentar crises futuras.² A terceira pesquisa revelou que a demanda por leitos hospitalares e de UTI excedeu a capacidade disponível em várias regiões, especialmente nas áreas mais vulneráveis.^{1,3} A análise indicou que a falta de infraestrutura adequada e a distribuição desigual de recursos comprometeram a capacidade de resposta do sistema de saúde. O quarto estudo analisou as trajetórias assistenciais de pacientes com COVID-19, desde as medidas preventivas até a reabilitação, evidenciando lacunas no acesso e continuidade do cuidado.^{2,4} O quinto avaliou o impacto da pandemia no trabalho dos agentes comunitários de saúde, destacando desafios na adaptação das atividades e na manutenção do vínculo com a comunidade.⁵ Os estudos analisados evidenciam a complexidade da pandemia de COVID-19 no Brasil e os múltiplos desafios enfrentados pelo sistema de saúde. A heterogeneidade regional na incidência e mortalidade, combinada com a sobrecarga do SUS e a insuficiência de leitos hospitalares, destacou a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, planejamento e coordenação

intergovernamental. Fortalecer o SUS e garantir uma distribuição equitativa de recursos são passos essenciais para melhorar a resposta a emergências sanitárias futuras.^{2,4,5} **Conclusão:** A análise integrada dos estudos evidencia que a pandemia de COVID-19 escancarou desigualdades regionais, fragilidades estruturais do SUS e limitações na oferta de leitos hospitalares no Brasil. A alta incidência e mortalidade em determinados estados refletem não apenas a agressividade do vírus, mas também a falta de coordenação e preparação adequada. O esforço do SUS foi essencial, mas insuficiente frente à magnitude da crise. Para enfrentar futuras emergências sanitárias, é fundamental investir na regionalização do sistema de saúde, ampliar a capacidade hospitalar e fortalecer políticas públicas baseadas em evidências.^{1,5}

Palavras-chave: pandemia; saúde; leitos hospitalares; mortalidade;

REFERÊNCIAS

1. Cavalcante JR, Cardoso-Dos-Santos AC, Bremm JM, Lemos DRQ, Macário EM, Oliveira WK, et al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. *Epidemiol Serv Saude*. 2020;29(4):e2020376. doi:10.5123/s1679-49742020000400010.
2. Santos HLPC, Ribeiro AA, Silva FS, Silva MM, Bichara CNC, Costa KS. Reflexos da COVID-19 na atenção primária à saúde: atuação dos agentes comunitários de saúde. *J Manag Prim Health Care*. 2021;13:e1310. doi:10.14295/jmphc.v13.1310
3. Orellana JDY, Cunha GM, Marrero L, Horta BL, Leite I da C. Desigualdades na mortalidade por COVID-19 segundo raça/cor e região no Brasil: estudo ecológico. *Cad Saúde Pública*. 2021;37(10):e00373320. doi:10.1590/0102-311X00373320.
4. Lima LD, Pacheco HV, Agostinho DF, Queiroz LFN, Machado CV. A resposta do Sistema Único de Saúde à COVID-19: entre a centralidade federal e o



protagonismo estadual. Cad Saúde Pública. 2023;39(1):e00116322.
doi:10.1590/0102-311X00116322.

5. Santos TM, Silva LB, Paula APM, Tavares RA, Lopes LKO. Trajetórias de pacientes com COVID-19 na rede hospitalar: desafios para a atenção e organização dos serviços. Cad Saúde Pública. 2023;39(2):e00132022.
doi:10.1590/0102-311X00132022.